

SINDSERV SBC

JORNAL #229

SÃO BERNARDO DO CAMPO | ANO XVI | 2024 | GESTÃO EXPERIÊNCIA E RENOVAÇÃO



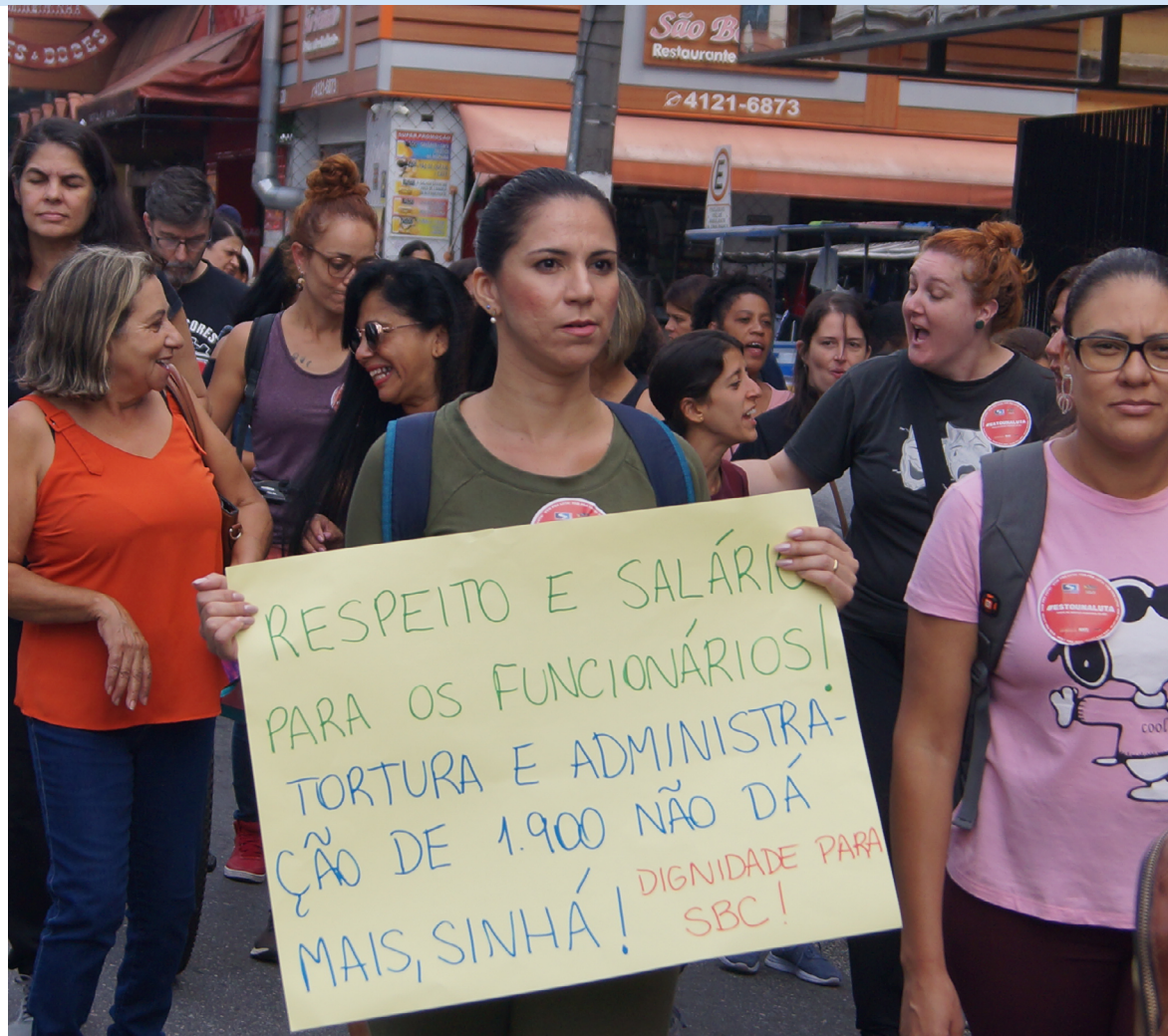
CHEGA DE CALOTE, PREFEITO!

Há quase dois anos os servidores e as servidoras do magistério da rede municipal de São Bernardo do Campo aguardam o cumprimento do estatuto para a evolução da carreira, através das promoções vertical e horizontal por meio da apresentação de títulos. A Secretária de Educação do município prometeu o pagamento das progressões entre fevereiro e março de 2024. No entanto, até o momento, não houve qualquer comunicação oficial de que, de fato, irá cumprir sua palavra, refletindo a falta de compromi-

so do prefeito Orlando Morando com a educação e com os (as) profissionais do magistério. Esta inação se insere em um padrão mais amplo de negligência em relação à educação municipal, com investimentos em programas irrelevantes e uma postura calculada para desvalorizar os profissionais. Como resultado, muitos (as) profissionais estão deixando a rede municipal de ensino em busca de melhores condições em municípios vizinhos, que não apenas remuneram melhor, mas também cumprem o esta-

tuto do magistério. Isso agrava diretamente o desmantelamento gradual do sistema educacional municipal de São Bernardo do campo. Ao invés de utilizar os recursos financeiros disponíveis para a valorização do (a) profissional e promover formações continuadas de forma significativa, contínua e planejada, a administração utiliza a verba pública em projetos e programas que não contribuem para a promoção da aprendizagem das crianças e estudantes. São projetos vazios, desconectados das recentes

pesquisas do setor educacional (sérias, não dos lobbies empresariais), sem conteúdo; programas que se assemelham a peças publicitárias, mas que em nada contribuem para uma educação libertadora e transformadora para a vida dos (as) estudantes. Não se enganem, trata-se de um projeto cruel e não somente um sinal de incompetência! A nossa luta seguirá firme até que o governo do prefeito Orlando Morando pague sua dívida com o magistério municipal. **CHEGA DE CALOTE, PREFEITO!**



Desvalorização + Más Condições de Trabalho = Adoecimento

A desvalorização profissional e as más condições de trabalho são questões críticas que têm afetado a saúde mental de muitos (as) trabalhadores (as) da Prefeitura de São Bernardo do Campo. A falta de reconhecimento, incluindo o não pagamento das progressões aos (as) trabalhadores (as), descumprindo o estatuto, e o arrocho salarial vivenciado nos últimos 8 anos, criam ambientes de trabalho tóxicos e sem diálogo, resultando em sofrimento laboral. Atualmente, muitos servidores (as) qualificados (as) se exoneram ou nem assumem os cargos de concurso ao avaliarem as condições de trabalho, como a ausência de auxílio transporte.

Um exemplo concreto é a convocação de mais de 2.400 professores (as) para a rede municipal em apenas 1 ano e meio, dos quais a maioria desiste de prestar serviços nas escolas da cidade, além das dezenas de exonerações publicadas no noticiário municipal. Entre os (as) servidores (as) da Prefeitura de São Bernardo do Campo sob a administração atual, a falta de reconhecimento, valorização e condições de trabalho promovem ansiedade, depressão, estresse crônico, fadiga e exaustão, resultando, infelizmente, em situações de burnout. Neste contexto,

os efeitos negativos são amplificados com:

- **Aumento da Taxa de Absenteísmo:** Problemas de saúde mental frequentemente resultam em maior absenteísmo, pois os (as) trabalhadores (as) necessitam de tempo para se recuperar ou buscar tratamento.

- **Redução da Capacidade de Cumprir suas Funções:** Trabalhadores (as) com saúde mental debilitada têm dificuldade em manter suas atividades laborais de forma qualificada.

- **Relações Pessoais Prejudicadas:** O estresse e a exaustão no trabalho podem transbordar para a vida pessoal, afetando relacionamentos familiares e sociais.

É fundamental que cada coletivo reconheça os efeitos dessa política prejudicial do atual governo municipal em seus locais de trabalho, construindo espaços de diálogo, democracia e acolhimento que são essenciais para mitigar os efeitos negativos da política de destruição imposta ao funcionalismo. Diante do cenário político das eleições municipais, cada servidor (a) de carreira desta cidade deve conhecer os planos de governo dos candidatos (as) a prefeito (a), que interferirão diretamente nas condições de trabalho e na valorização da categoria nos próximos anos.

JURÍDICO EM AÇÃO



PROGRESSÕES PARA FUNCIONÁRIOS CONTEMPLADOS NA LEI 2240/76

Após ação judicial e muita luta, o pagamento das progressões da Lei Municipal 2240/76, referentes aos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023, será realizado a partir do dia 30 de junho de 2024.

A confirmação do pagamento ocorreu após pressão do SINDSERV SBC, com constantes questionamentos sobre o cumprimento da sentença junto à Secretaria de Administração da Prefeitura de São Bernardo do Campo na Justiça.

Dessa forma, os valores das progressões foram incorporados aos salários dos servidores contemplados, a partir da data mencionada.

Caso algum servidor ou servidora tenha dúvidas em relação aos valores recebidos, deverá enviar e-mail ou dirigir-se pessoalmente ao RH Central da Prefeitura de São Bernardo do Campo.

Nos casos em que a resposta do Departamento de Recursos Humanos (RH) Central for insatisfatória, o Departamento Jurídico do SINDSERV SBC estará à disposição dos sindicalizados para requerimentos relacionados a situações não resolvidas.



É PRECISO RECONSTRUIR A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO CUIDADO

A diretoria do SINDSERV SBC participou, em Brasília, do debate promovido pela Federação Sindical Internacional dos (as) Trabalhadores (as) de Serviço Público (ISP), na perspectiva de colaborar na implantação de políticas públicas a respeito da economia do cuidado. A economia do cuidado é um conceito que se refere às atividades e serviços que sustentam a reprodução diária e a manutenção da vida, como cuidar de crianças, idosos, doentes e das tarefas domésticas. Esse trabalho, essencial para o funcionamento da sociedade e da economia, é predominantemente realizado por mulheres, tanto no âmbito familiar quanto no profissional. O debate atual sobre a economia do cuidado aborda questões de gênero, justiça social e políticas públicas, destacando a necessidade de reconhecimento e valorização desse trabalho. Historicamente, o trabalho de cuidado foi visto como

uma extensão natural das responsabilidades femininas, muitas vezes sendo não remunerado e invisível nas estatísticas econômicas. As mulheres são as principais responsáveis pelo cuidado, independentemente de estarem empregadas formalmente ou não. Esse trabalho é exaustivo e exige um alto investimento de tempo e energia, o que limita suas oportunidades de participação plena no mercado de trabalho, acesso à educação, lazer e participação política, além de impactar negativamente na sua saúde física e mental. A sobrecarga de trabalho das mulheres no cuidado é evidenciada pela dupla jornada de trabalho, em que, além das responsabilidades profissionais, elas assumem a maior parte das tarefas domésticas e de cuidado. Essa carga desproporcional de trabalho é uma das principais causas da desigualdade de gênero no mercado de trabalho, contribuindo para a disparidade salarial, menor presença feminina na vida pública e

política e maior incidência de trabalhos informais e precarizados entre as mulheres. No contexto do debate atual, vários pontos têm sido levantados para enfrentar essas desigualdades. Em primeiro lugar, é fundamental reconhecer o valor econômico e social do trabalho de cuidado, incorporando-o nas contas nacionais e políticas públicas. Além disso, a redistribuição das responsabilidades de cuidado entre homens e mulheres é fundamental, promovendo uma maior igualdade de gênero tanto no âmbito doméstico quanto no âmbito profissional. Políticas públicas que promovam a igualdade de gênero, como licenças parentais compartilhadas, horários de trabalho reduzidos, o fortalecimento dos direitos trabalhistas e a valorização dos profissionais do cuidado, que são majoritariamente mulheres e muitas vezes pertencem a grupos vulneráveis, são medidas indispensáveis. Isso também inclui salários justos, condições de trabalho dignas e acesso a benefícios sociais.

COLUNA MEGAFONE

É ISSO QUE DÁ TERCEIRIZAR: FALTA DE PLANEJAMENTO E HIGIENE NAS ESCOLAS

A Secretaria de Educação produziu uma grave situação devido à recente mudança na empresa terceirizada responsável pela limpeza nas escolas, substituindo a Guima pela empresa E L Corrêa LTDA.

No primeiro dia de atuação da nova empresa, não havia funcionários (as) disponíveis nas unidades escolares, resultando em um ambiente imundo, especialmente nos banheiros, que são utilizados diariamente por centenas de crianças e dezenas de funcionários(as).

A falta de limpeza adequada representa um sério risco de contaminação para estudantes e trabalhadores(as). Além disso, as salas de aula permaneceram sujas, comprometendo a saúde e o bem-estar. Embora alguns(as) funcionários(as) tenham chegado ao longo do dia, a quantidade foi claramente insuficiente para atender às necessidades de limpeza de todas as escolas.

Desde a mudança, feita sem a devida transição, os problemas persistem. Faltam produtos de limpeza e a quantidade de funcionários(as) ainda é inadequada para manter a higienização das escolas.

Os(as) funcionários(as) da empresa Guima foram, em parte, demitidos(as); outros(as) foram realocados(as) em outras secretarias municipais ou pediram demissão para serem recontraçados(as) pela atual empresa. O desprezo pelos(as) trabalhadores(as) revela, mais uma vez, que o serviço público não pode ser terceirizado, pois a precarização das relações trabalhistas e da qualidade do serviço se torna evidente na política de privatização da educação.



25 de Julho: Dia da Mulher Negra Latina-Americana, Caribenha e Tereza de Benguela, símbolo de resistência e liderança negra

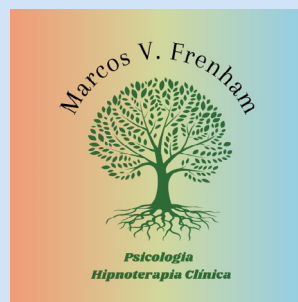
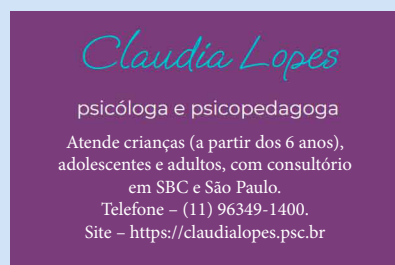
Tereza de Benguela, uma figura emblemática da resistência negra no Brasil colonial, tornou-se um símbolo de liderança e coragem. No século XVIII, após a morte de seu marido, José Piolho, ela assumiu o comando do Quilombo do Quariterê, situado no atual estado de Mato Grosso. Sob sua liderança, o quilombo não apenas sobreviveu, mas prosperou, acolhendo tanto negros fugidos da escravidão quanto indígenas. Tereza organizou a comunidade

de forma exemplar, criando um sistema de defesa eficaz e implementando uma estrutura política e econômica que assegurava a sobrevivência e a autonomia do quilombo. A trajetória de Tereza de Benguela é um testemunho da força e resiliência das mulheres negras na luta contra a opressão. Sua liderança desafiou o sistema escravista e as estruturas coloniais que tentavam suprimir a liberdade e a dignidade das pessoas negras e indígenas. A história

de Tereza, embora marcada pela resistência e pela capacidade de organização, também é um lembrete das brutalidades do regime escravista que buscava destruir essas comunidades. A resistência de Tereza e seu quilombo durante décadas é uma prova da sua determinação em lutar pela liberdade. Em reconhecimento à sua importância histórica e cultural, o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra é celebrado em 25 de julho.

Essa data também coincide com o Dia da Mulher Afro-Latina-Americana e Caribenha, destacando a intersecção das lutas das mulheres negras nas Américas e no Caribe. A celebração dessa data reforça a necessidade de lembrar e honrar a contribuição inestimável das mulheres negras na construção de sociedades mais justas e igualitárias, reconhecendo suas lutas passadas e presentes contra o racismo e a discriminação na sociedade.

ACESSE O SITE DO SINDSERV SBC E CONFIRA TODOS OS CONVÊNIOS DISPONÍVEIS AOS ASSOCIADOS E ASSOCIADAS DO SINDICATO: WWW.SINDSERVSBC.ORG.BR/CONVÊNIOS



ACOMPANHE O SINDSERV SBC NAS REDES SOCIAIS E FAÇA PARTE DO NOSSO SINDICATO



FACEBOOK.COM/SINDSERVSBC



@SINDSERVSBC



(11) 94538-2741



INSTAGRAM.COM/SINDSERVSBC



@SINDSERV-SBC



(11) 94538-2741